

PMDB aprova moratória mas dá prazo para Funaro

A Executiva Nacional do PMDB formalizou ontem seu o apoio à moratória, mas não o estendeu a Funaro; Dante quer plebiscito no partido sobre mandato de Sarney e diz que seis anos é 'golpe'; Ulysses diz que luta por cinco



A Executiva do PMDB reúne-se no gabinete de Ulysses (ao fundo); no destaque, Ulysses conversa com Milton Reis, segurando a sua mão

Da Sucursal de Brasília

A Executiva Nacional do PMDB aprovou ontem documento de apoio à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, decidida pelo governo há quarenta dias, mas não estendeu esse apoio à política econômica interna conduzida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Os senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de São Paulo, admitiram ontem que a expectativa do partido é aguardar até amanhã, quando Funaro falará à bancada peemedebista no Congresso constituinte, para que o ministro apresente um plano consistente de política econômica. Caso contrário, disseram, o apoio ao ministro poderá ser revisto.

Se o ministro não convencer, "ai a coisa engrossa", acrescentou o deputado federal Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Segundo o senador Severo Gomes, o governo tem que dar respostas à queda dos salários, às taxas de juros, à "quebradeira" das microempresas e à ausência de preços mínimos para a agricultura. "Se a administração estivesse tomando providências, haveria bastante calma. Mas existe uma interrogação", disse o senador, principal redator do documento de apoio à moratória aprovado ontem.

A reunião da Executiva Nacional do partido durou cerca de três horas, no gabinete do presidente do partido e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, no Anexo 4 da Câmara dos Deputados. O documento aprova o elogio a ministro Dilson Funaro só na parte em que se refere à dívida externa, e aproveita para defender a posição de que a moratória deve vir "às últimas consequências".

O documento, porém, considera o apoio à moratória apenas o "passo inicial" para "qualquer plano econômico que respeite os compromissos do PMDB de manter os salários e buscar sua progressiva elevação".

A reunião de ontem teve seus principais temas discutidos na noite anterior, numa outra reunião, desta vez na casa de Ulysses Guimarães, em Brasília. A este encontro compe-

receram os senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), o deputado Roberto Cardoso Alves e o deputado Walmore de Lucca (PMDB-SC), entre outros.

O grupo examinou dois documentos, segundo apurou a Folha. Um deles o que foi aprovado ontem, sobre a moratória. Outro, um documento de análise da política econômica interna, também de autoria do senador Severo Gomes. Este segundo documento foi rejeitado sob o argumento de que ele poderia caracterizar a oposição do partido ao ministro Dilson Funaro. Criticaram a oportunidade do documento o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Roberto Cardoso Alves.

A posição que predominou foi a de apoiar apenas a moratória, e aguardar a participação de Funaro na reunião de amanhã, com a bancada do partido no Congresso constituinte, antes de qualquer crítica. Ontem de manhã, porém, durante a reunião da Executiva, o deputado Ulysses Guimarães foi bastante criticado pelo deputado federal Francisco Pinto (PMDB-BA). O deputado censurou o encontro da noite anterior, na casa de Ulysses, para o qual não foi convidado. "Somos corpos descartados, não existimos", disse, referindo-se aos membros da Executiva (ele é vogal da Executiva peemedebista).

Uma das que mais falaram na reunião da Executiva foi a economista Maria da Conceição Tavares. Seus gritos podiam ser ouvidos do lado de fora do gabinete. A certa altura, Ulysses Guimarães dirigiu-se a ela e perguntou: "A senhora está querendo ser o presidente do partido?". O documento de apoio à moratória foi o tema mais importante da reunião.

O outro tema, o preenchimento dos cargos da Executiva que pertenciam aos governadores Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE), não teve definição. A Executiva decidiu esperar manifestação do Tribunal Superior Eleitoral e saber se Simon e Arraes têm de licenciar-se ou renunciar a seus cargos na Executiva (1.º e 2.º vice-presidentes, respectivamente).

Ulysses intensificará negociações sobre pacto

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), 70, afirmou ontem que, a partir da instalação das comissões temáticas, serão intensificadas as negociações com a bancada de seu partido, do PFL e do PTB, para se fazer um pacto, objetivando fixar o mandato do presidente José Sarney. Ulysses, que trabalhará pela

fixação de um mandato de cinco anos, disse ainda que já está conversando com parlamentares.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), não concordou com os cinco anos. Para ele, "cinco anos não é um bom período porque fará com que a eleição presidencial fique isolada. A eleição presidencial tem que coincidir com as eleições parlamentares, para que o presidente faça maioria na Câmara", afirmou. O parlamentar quer que o mandato de Sarney seja fixado em seis anos, com eleições em 1990. Lourenço coloca, no entanto, uma questão que poderá tornar difícil a fixação dos seis anos: "Se o desempenho da economia ficar a desejar, vamos ter pressões da oposição política, o que tornará difícil isso". Ele acredita que o assunto poderá vir a ser tratado nos próximos dois meses.

A tese dos cinco anos não encontra respaldo também nos partidos de esquerda. "Se Ulysses trabalhar por um mandato de cinco anos, me terá como um ferrenho opositor", protestou o líder do PT na Câmara, deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP). Para ele, o mandato de Sarney é provisório e as eleições para presidente da República devem ser realizadas logo após o término dos trabalhos do Congresso constituinte.

Para Cardoso, o governo teria necessariamente que participar dessa reunião com os partidos. "A democracia exige negociação", disse o senador. Ele afirmou que, na situação atual, as forças políticas e sociais têm que saber até onde podem ir, se quiserem preservar o processo de democratização em curso. Caso contrário, disse, será a lei do mais forte.

"Quem pode, pode. Quem não pode se sacode", afirmou, às 18h, em seu gabinete, depois de uma sucessão de telefonemas e reuniões com os líderes do PMDB, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o governador do Distrito Federal, José Aparecido.

Para Cardoso, o governo teria necessariamente que participar dessa reunião com os partidos. "A democracia exige negociação", disse o senador. Ele afirmou que, na situação atual, as forças políticas e sociais têm que saber até onde podem ir, se quiserem preservar o processo de democratização em curso. Caso contrário, disse, será a lei do mais forte.

Executiva discute mandato

Da Sucursal de Brasília

O senador José Fogaça (PMDB-RS) e o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, apresentaram ontem à reunião da Executiva Nacional do PMDB duas propostas para que o partido defina logo sua posição sobre a duração do mandato do presidente José Sarney. O senador quer a convocação, até maio, de uma convenção nacional do partido. O ministro, por sua vez, defendeu um "plebiscito" nos diretórios do PMDB em todo o país. O ministro Dante de Oliveira disse que um mandato de seis anos para Sarney é "um golpe".

Já o ministro Dante de Oliveira disse que a questão do mandato terá que ser objeto de consultas na "base do partido". Sua proposta é que o plebiscito, coordenado pela direção nacional do PMDB, atinja todos os diretórios municipais e estaduais do partido, em todo o país. A posição oficial do partido, segundo ele, seria a que resultasse desse plebiscito.

Segundo Dante de Oliveira, o acordo político que resultou na eleição de Tancredino Neves/José Sarney não admitia que o mandato fosse de seis anos. "Seis anos nunca, é um golpe, é um verdadeiro desrespeito ao que pregamos em praça pública". A Folha apurou, no entanto, que o ministro tende a aceitar a proposta de Ulysses, de mandato de cinco anos.

A posição do presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, 70, é outra. Ontem, ele disse que a definição sobre o mandato começará a partir da instalação das comissões temáticas do Congresso constituinte, na próxima semana. Ulysses disse ainda que as negociações sobre o mandato de Sarney serão "intensificadas" com o PFL e o PTB, e voltou a afirmar que trabalhará para definir o mandato em cinco anos.

A proposta do senador José Fogaça é a de que o partido faça, em maio, uma convenção para definir não só a

A proposta do senador José Fogaça é a de que o partido faça, em maio, uma convenção para definir não só a

Cardoso propõe acordo um interpartidário

Da Sucursal de Brasília

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, líder do PMDB no Senado, lançou ontem a proposta de que todos os partidos políticos se reúnam, para elaborar um "pacto" que garanta a continuidade do processo de democratização do país e das metas de crescimento econômico. Depois de um dia de tensão, devido à repressão aos bancários de Brasília em greve e às agressões a parlamentares, o senador afirmou que os partidos têm que se reunir "para discutir o que fazer com o Brasil".

"Como sociólogo, quando o tecido social se esgarça a ruptura é inevitável", afirmou, sobre a conjuntura brasileira atual, que segundo ele combina uma onda de greves sem controle com crise econômica, impasse político e inquietação nos quartéis.

Segundo Cardoso, a proposta de "pacto social" lançada pelo governo no início do ano não deu certo, basicamente, porque não tinha a participação dos partidos políticos. Defendeu uma solução semelhante à do Pacto de Moncloa, na Espanha, em que os sindicatos e entidades empresariais também tiveram a atuação dos partidos políticos para seu sucesso, que viabilizou a transição do regime franquista para a democracia.

Para Cardoso, o governo teria necessariamente que participar dessa reunião com os partidos. "A democracia exige negociação", disse o senador. Ele afirmou que, na situação atual, as forças políticas e sociais têm que saber até onde podem ir, se quiserem preservar o processo de democratização em curso. Caso contrário, disse, será a lei do mais forte.

"Quem pode, pode. Quem não pode se sacode", afirmou, às 18h, em seu gabinete, depois de uma sucessão de telefonemas e reuniões com os líderes do PMDB, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o governador do Distrito Federal, José Aparecido.



Fernando H. Cardoso (PMDB-SP)

CNBB define temas prioritários para comissões

Da Reportagem Local

Entre as propostas que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pretende defender, junto às oito comissões temáticas e à comissão de Sistematização do Congresso constituinte, estão a criação de conselhos nacionais de planejamento e cultura, a possibilidade de que entidades e cidadãos apresentem projetos de lei diretamente ao Congresso, e a instituição do referendo popular

como instrumento permanente de consulta aos cidadãos, diante de temas polêmicos. A informação foi prestada ontem às 18h, por telefone, pelo coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte da entidade, D. Cândido Padin, bispo de Bauri (SP).

D. Cândido afirmou que, a partir desta semana, a CNBB começará a preparar textos — a serem enviados aos parlamentares e aos grupos

interessados, em todo o país— sobre temas que a Igreja considera prioritários na discussão da nova Constituição, como a condenação do aborto e da eutanásia, a proteção aos menores, garantia de salário suficiente para os trabalhadores e o estabelecimento de mecanismos que assegurem maior controle do Estado pela sociedade civil.

Comentando a reunião organizada pela CNBB, na última quinta-feira,

em Brasília, da qual participaram cerca de setenta constituintes, D. Cândido disse que a Igreja vai organizar outros encontros, em futuro próximo, sobre temas específicos sugeridos pelos parlamentares, que trabalharão em grupos e com a participação dos assessores do episcopado. A CNBB defenderá também, segundo D. Cândido, a oficialização, na nova Carta, da figura do "ombudsman" (defensor do povo), a revisão da atual ordem econômica.

Moreira Lima defende processo democrático

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse, ontem, em São Paulo, que "a democracia é um caminho sem retorno no Brasil". Ele acrescentou que o eventual emprego de tropas da Aeronáutica em local onde haja grevistas visará, unicamente, a proteção de instalações aeroportuárias e aviões, "que custam cem, cento e cinquenta milhões de dólares".

Processo contra jornalista

O jornalista Antonio Contente, cronista da Folha da Tarde, comparece novamente hoje à presença do juiz José Barreto Siqueira e Silva, da 11.ª Vara, onde responde a processo movido pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia, para apreensão suas testemunhas — os jornalistas João Batista Olivi, da Rede Globo, e Edmilson Siqueira, da Rede Bandeirantes, e o ex-deputado federal Herbert Levy. O processo foi motivado pela publicação de uma sátira, em novembro de 1985 — sobre um processo que Quércia movia contra Herbert Levy —, em que o cronista defendia os jornalistas, empregados do então vice-governador em jornal de sua propriedade, e, à época, em litígio contra ele na Justiça do Trabalho.

Temas morais dividem os constituintes do PT-SP

Da Reportagem Local

A bancada paulista do PT no Congresso constituinte, embora defenda um projeto constitucional único, deve ficar dividida nas discussões sobre alguns temas polêmicos como o aborto, a eutanásia e a liberalização da maconha. Em busca de uma posição coesa dos deputados do partido, o Diretório Regional do PT promove uma reunião ampliada com a presença dos presidentes dos diretórios distritais e municipais, vereadores, deputados estaduais e federais no próximo fim-de-semana em São Paulo.

Embora defenda uma posição "progressista" dentro do Congresso constituinte, a bancada do PT sofre a influência direta ou indireta da Igreja católica. A discussão sobre a legalização do aborto tem dividido o partido e promete gerar muita polêmica no encontro do final de semana no Colégio Castro Alves, no bairro de Pinheiros (zona oeste de São Paulo).

A base cristã das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tem um peso decisivo na discussão do aborto e muitas lideranças petistas já aceitam que cada deputado federal de-

fenda o que achar mais conveniente. Embora não prometa muita polêmica, a legalização do recurso da eutanásia na nova Constituição também não encontra boa receptividade junto à militância cristã do PT.

Temas políticos como o sistema de governo a ser implantado também causam algum tipo de divisão dentro do partido. Há quem defenda o presidencialismo, o parlamentarismo puro e o sistema misto de governo. Mesmo assim, dentre os 18 temas que serão analisados, a Executiva petista prevê os debates mais calorosos para os temas de fundo ético e moral.

Diretas em 1988

O Diretório Estadual do PT pretende reunir cerca de três mil militantes do partido em São Paulo no próximo dia 26 de abril para dar início a organização de uma campanha nacional pela realização de eleições diretas para a presidência da República em 1988. Membros do Diretório Nacional e do Estadual do partido comandarão um "Plenário de Militantes", que estabelecerá a data para um ato público de lançamento de uma campanha.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
145 Congresso constituinte	414
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
PRESENTES	AUSENTES
9 Assembleia Legislativa	75
27 Câmara Municipal	6

Dante envia à Constituinte propostas do seu ministério

Da Sucursal de Brasília

Em documento enviado ontem ao Congresso constituinte, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, propôs que a futura Constituição limite o tamanho máximo da propriedade, defina as obrigações sociais dos imóveis rurais e garanta à União a posse automática das terras declaradas de interesse para a reforma agrária. Segundo a proposta, os constituintes devem criar um capítulo específico para tratar da reforma agrária e retirar a questão do capítulo Dos Direitos e Garantias Individuais, como consta da atual Constituição.

Ao contrário da Carta em vigor, que não define a função social da propriedade, o ministro sugere que passe a ser dispositivo constitucional o artigo 2º do Estatuto da Terra. Por este artigo, a propriedade cumpre sua obrigação social quando assegura nível adequado aos que nela trabalham, mantém produtividade satisfatória, conserva os recursos naturais e observa as leis que regulam as relações de trabalho e de produção.

Segundo o documento, caberá ao

Congresso definir a justa indenização das terras desapropriadas. Esta indenização não poderia extrapolar o valor máximo declarado em cadastro pelos proprietários e o seu pagamento continuaria sendo em Títulos da Dívida Agrária. A nova Constituição, segundo o ministério, vedaria a possibilidade de contestação judicial dos decretos assinados pelo presidente da República declarando imóveis de interesse social para fins de reforma agrária. A contestação judicial caberia apenas quanto ao valor da indenização.

Fundo Nacional

O ministério defende também que a próxima Constituição tenha um dispositivo que proíba o despejo de trabalhadores em áreas decretadas para a reforma agrária e sugere a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, que contaria com um percentual da receita tributária da União. Além disso, propõe que a Constituição preveja a implantação da Justiça Agrária, inclua a lei do usucapião (lei 6.969/81) — reduzindo o seu prazo de cinco para três anos — e garanta a legitimação da posse de terras devolutas para quem as houver tornado produtivas.